



PODER

“Respeito absoluto à separação dos Poderes”

Em carta aos senadores, advogado-geral da União, Jorge Messias, diz que, se aprovado para o STF, atuará com independência e imparcialidade, guiado por “fé, família, trabalho”. Indicação dele à Corte sofre resistência na Casa, especialmente de Alcolumbre

» WAL LIMA

Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Após chegar ao Congresso a indicação do seu nome para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado-geral da União, Jorge Messias, enviou carta ao Senado na qual reforçou sua formação evangélica e defendeu o “respeito absoluto à separação dos Poderes”. A indicação, feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começou a tramitar oficialmente no sistema da Casa ontem. Serão os senadores que sabatarão Messias e decidirão se ele assumirá a vaga no STF, no lugar do ministro aposentado Luís Roberto Barroso.

“Acredito firmemente que o fortalecimento das instituições, o respeito às leis e o diálogo entre os Poderes são os pilares da democracia e da harmonia institucional”, enfatizou Messias na carta. “Tenho absoluta consciência de que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige distanciamento institucional, serenidade decisória e respeito absoluto à separação dos Poderes.”

O AGU se descreveu como “filho de pais evangélicos” e incluiu a fé e a família como parte de seus valores. O fator religioso tem sido visto como uma forma de quebrar a resistência de Messias entre os senadores de oposição.

“Meu compromisso, se aprovado por esta Casa, é o de exercer a jurisdição constitucional com independência, imparcialidade e fidelidade à Constituição e observância à Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), e guiado pelos valores que me formam: a fé, a família, o trabalho, a ética no serviço público, a justiça e o amor ao Brasil”, disse.

Na mensagem, Messias ainda fez uma retrospectiva de sua carreira no serviço público e na área acadêmica e pregou harmonia institucional. “À frente da Advocacia-Geral da União, concentrei esforços em três diretrizes centrais: (i) fortalecimento da segurança jurídica; (ii) promoção do diálogo interinstitucional em temas estruturantes; e (iii) defesa responsável do equilíbrio fiscal e da previsibilidade orçamentária. Sempre com base no permanente diálogo entre os Poderes, na direção da harmonia institucional”, escreveu.

As declarações vêm após uma série de embates entre o



Acredito firmemente que o fortalecimento das instituições, o respeito às leis e o diálogo entre os Poderes são os pilares da democracia e da harmonia institucional. Tenho absoluta consciência de que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige distanciamento institucional, serenidade decisória e respeito absoluto à separação dos Poderes”

Jorge Messias, advogado-geral da União



» Weverton Rocha segue como relator

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), decidiu manter o senador Weverton Rocha (PDT-MA) como relator da sabatina de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Alencar, o procedimento seguirá o rito regimental: após a leitura da mensagem presidencial na CCJ, os senadores terão vista coletiva do processo e, em seguida, a sabatina será agendada. A decisão mantém Rocha no cargo mesmo após ele ter sido alvo de busca e apreensão em dezembro do ano passado, em nova fase da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal. A investigação apura irregularidades em descontos associativos cobrados de aposentados e pensionistas do INSS. O governo enviou ao Senado, ontem, a mensagem presidencial que formaliza a indicação. Rocha já havia sinalizado que apresentará parecer favorável a Messias, por entender que o advogado-geral da União “preenche todos os requisitos necessários para ocupar a vaga”.

Congresso e Judiciário, incluindo o pagamento de emendas parlamentares e decisões do STF que afetam comissões parlamentares de inquérito.

A formalização, no entanto, ampliou o desgaste entre Executivo e Legislativo. Segundo aliados, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), esperava uma

conversa prévia com Lula, o que não ocorreu. O parlamentar teria sido informado pela imprensa sobre a data e classificou o movimento, em reservado, como “nova trapaçada” do governo.

A insatisfação não é recente. Desde o anúncio da indicação, em novembro de 2025, Alcolumbre demonstra resistência ao nome de Messias, já que defendia que o posto no STF fosse ocupado pelo ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (MG) — ontem, o parlamentar deixou o PSD para se filiar ao PSB, partido pelo qual deve disputar o governo de Minas Gerais, a pedido de Lula (**leia reportagem na página 4**).

O episódio recente reforçou o mal-estar, em um cenário que aliados classificam como de “desarticulação” do Planalto no Congresso.

O controle do processo está nas mãos de Alcolumbre. Cabe a ele encaminhar a indicação à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), etapa necessária para a realização da sabatina. O presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), já disse que só poderá marcar a sessão após aval de Alcolumbre.

Entre aliados, não está descartada a possibilidade de o presidente do Senado adiar a análise, inclusive para depois das eleições.

O envio da mensagem destrava formalmente a tramitação após mais de quatro meses de espera — período em que o Planalto demorou para oficializar a indicação. A demora levou Alcolumbre a cancelar uma sabatina prevista para dezembro e falar em “perplexidade” ante a condução do caso. (**Com Agência Estado**)

Perfil

Servidor e evangélico

Jorge Rodrigo Araújo Messias, de 45 anos, é natural de Pernambuco e ocupa o comando da Advocacia-Geral da União desde 2023, no início do terceiro mandato de Lula. Servidor público desde 2007, passou por órgãos como Banco Central e BNDES e exerceu funções estratégicas na área jurídica do Executivo.

Formado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre pela Universidade de Brasília (UnB), ingressou na AGU como procurador da Fazenda Nacional. Também foi subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência no governo Dilma Rousseff.

Messias ganhou fama nacional em março de 2016, quando o então juiz Sergio Moro, hoje senador, divulgou um grampo telefônico. Na conversa, Dilma avisava Lula — à época investigado pela Lava-Jato — que estava encaminhando o termo de posse dele como ministro da Casa Civil, por intermédio de “Bessias”, para uso “em caso de necessidade”.

Dilma estava gripada e quem transcreveu o áudio entendeu que ela dizia “Bessias”, em vez de “Messias”. O ministro do STF Gilmar Mendes interpretou aquele diálogo como uma forma de blindar Lula de eventual pedido de prisão e suspendeu a posse do petista.

A crise aumentou, Dilma sofreu impeachment e Messias, o então subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, recebeu o apelido do qual só se livrou em 2023, ao ser indicado por Lula para chefiar a AGU. “Hoje, eu voltei a ser Jorge Messias. Para a minha vida, isso é tudo”, disse, na ocasião.

Evangélico, Messias é diácono da Igreja Batista e tem 46 anos. De família humilde, aprendeu a frequentar cultos ainda pequeno, levado pela mãe, no Recife.

Com essa credencial, Messias intensificou a mobilização para ajudar Lula a se aproximar do segmento religioso que, de acordo com pesquisas, tem muitas resistências ao governo do PT.

Messias depende de Alcolumbre e de 41 votos

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Davi Alcolumbre pode segurar a análise da indicação do AGU

A indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) por si só não garante que assumirá o posto. O nome dele ainda precisa ser aprovado no Senado.

A vaga do STF foi aberta após a aposentadoria de Luís Roberto Barroso, em outubro do último ano. O rito prevê que o indicado passe por uma **sabatina** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

As últimas reuniões duraram em média oito horas. O colegiado tem 27 integrantes, mas todos os 81 senadores podem fazer perguntas ao candidato a uma cadeira na Corte. O pretendente ao posto deve responder aos questionamentos, que podem ser sobre temas jurídicos, políticos e pessoais.

Após a sabatina, a CCJ elabora um parecer pela aprovação ou rejeição do nome do indicado para

Poucas reprovações

Os nomes indicados pelo presidente da República para um cargo de ministro do STF são, tradicionalmente, aprovados pelo Legislativo. Em todos os 133 anos de história da Corte, apenas cinco indicados ao cargo foram reprovados pelo Senado. As negativas foram no mesmo ano: 1894, há 129 anos.

ocupar o cargo. A anuência é por maioria simples, em votação secreta. Em seguida, o nome é submetido a nova votação secreta, no plenário do Senado. O indicado precisa conquistar a maioria absoluta dos votos, com pelo menos 41 dos 81 senadores favoráveis. Em geral, as duas sessões ocorrem no mesmo dia.

Senadores afirmam que essa será a fase mais difícil no calvário de Messias até chegar o STF. A sabatina e as votações de Paulo Gonet, que acabou reconduzido a mais dois anos à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR), mostraram que o apoio a Lula no Senado está minguado.

Se Messias for aprovado pela Casa, o nome dele seguirá para publicação no Diário Oficial da União (DOU). Uma vez nomeado, participará de cerimônia de posse no STF com a presença de representantes dos Três Poderes.

Apoio no STF

Além da articulação do governo para sua aprovação, Messias conta com o apoio de ministros do tribunal, que procuraram senadores para fazer campanha em prol do advogado-geral da União. André Mendonça e Kassio Nunes Marques são seus principais cabos eleitorais.

Mendonça é evangélico, assim como Messias, e tem acenado para os senadores sobre a importância da aprovação do candidato. Nunes Marques conhece Messias desde que os dois moravam no Piauí.

Como Mendonça e Nunes Marques foram indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao STF, a expectativa é que eles consigam obter apoio para Messias entre os parlamentares da direita. Mas o senador Flávio Bolsonaro, candidato do PL à sucessão de Lula, tem feito campanha contra o advogado-geral da União.

Nos bastidores do tribunal há informações de que Messias teria ao menos 48 votos no plenário do Senado, mais do que a maioria absoluta — apoio de 41 parlamentares — exigida para a aprovação. A contabilidade do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), porém, não é tão animadora e vê uma maioria bastante apertada em favor do advogado-geral da União.